



## ***Gestão Escolar e a Participação da Família na Vida Escolar***

Camila Rodrigues da Costa , Danielle Silva dos Santos, Vanessa Rodrigues de Oliveira, José Carlos Alves Roberto, Victor da Silva Almeida



<https://doi.org/10.36557/2009-3578.2025v11n2p6220-6241>

Artigo recebido em 30 de Agosto e publicado em 30 de Outubro de 2025

### **ARTIGO ORIGINAL – ESTUDO BIBLIOGRAFICO**

#### **RESUMO**

Este estudo aborda a importância da gestão escolar e da participação da família na vida escolar dos alunos, destacando como esses dois elementos constituem pilares fundamentais para a qualidade da educação e o desenvolvimento integral do indivíduo. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, busca compreender como a gestão democrática pode favorecer o engajamento familiar e fortalecer o processo educativo. Foram analisadas concepções de gestão escolar, a evolução histórica das estruturas familiares e as práticas de corresponsabilidade entre escola e comunidade, amparadas por dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/1996, o ECA e a BNCC (2017). Os resultados apontam que a participação efetiva da família contribui para a melhoria do desempenho acadêmico, o fortalecimento dos vínculos afetivos e o desenvolvimento de uma cultura de cooperação e diálogo. Conclui-se que a gestão escolar, quando pautada em princípios democráticos e na comunicação transparente, é determinante para a consolidação de uma educação inclusiva, participativa e de qualidade.

**Palavras-chave:** Gestão escolar. Participação da família. Educação democrática. Comunicação escolar.



# School Management and Family Participation in School Life

## ABSTRACT

This study discusses the importance of school management and family participation in students' educational lives, emphasizing how these two elements serve as fundamental pillars for educational quality and the holistic development of individuals. This qualitative and bibliographic research aims to understand how democratic management can foster family engagement and strengthen the educational process. It analyzes different conceptions of school management, the historical evolution of family structures, and practices of shared responsibility between school and community, supported by legal frameworks such as the Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law No. 9,394/1996), the Child and Adolescent Statute (ECA), and the National Common Curricular Base (BNCC, 2017). The findings indicate that effective family participation contributes to improved academic performance, stronger affective bonds, and the promotion of a culture of cooperation and dialogue. It is concluded that school management, when guided by democratic principles and transparent communication, is essential for consolidating an inclusive, participatory, and high-quality education.

**Keywords:** School management. Family participation. Democratic education. School communication.

Instituição afiliada – Centro Universitario Fametro

Autor correspondente: *Camila Rodrigues da Costa* e-mail [kmyllacostta20@gmail.com](mailto:kmyllacostta20@gmail.com)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





## **1 - INTRODUÇÃO**

A escola contemporânea é um espaço dinâmico de construção do conhecimento, no qual a gestão escolar exerce papel essencial na articulação entre os diferentes agentes do processo educativo. Nesse contexto, a participação da família na vida escolar dos alunos torna-se um fator indispensável para o desenvolvimento pleno do estudante e para a efetivação de uma educação democrática e de qualidade. A aproximação entre escola e família não se limita a encontros esporádicos ou reuniões administrativas, mas deve configurar-se como uma parceria contínua, colaborativa e corresponsável, voltada para o crescimento cognitivo, social e emocional das crianças e adolescentes. A literatura especializada (PARO, 1999; LIBÂNEO, 2004; LUCK, 2009) enfatiza que a gestão escolar, ao adotar um modelo participativo, contribui para a construção de ambientes educativos mais inclusivos e acolhedores, em que as decisões são tomadas de forma coletiva e transparente. Nesse sentido, a participação familiar é reconhecida como um direito e dever social, previsto em dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelecem a gestão democrática como princípio fundamental do ensino público. Considerando que a educação é um processo compartilhado entre escola, família e comunidade, este trabalho tem como objetivo analisar as formas pelas quais a gestão escolar pode promover e fortalecer a participação familiar na vida escolar, identificando desafios, estratégias e boas práticas que favorecem essa interação. A pesquisa ancora-se em uma abordagem qualitativa e bibliográfica, buscando reunir e interpretar contribuições teóricas que sustentam a importância da corresponsabilidade entre gestores, professores, alunos e responsáveis. Assim, pretende-se demonstrar que o fortalecimento do vínculo entre família e escola constitui um caminho essencial para a consolidação de uma educação humanizada, democrática e transformadora.

## **2 - FUNDAMENTAÇÃO TEORICA**

### **2.1 CONCEPÇÕES DE GESTÃO ESCOLAR**



A gestão escolar é um campo de estudo que envolve múltiplas dimensões administrativas, pedagógicas e políticas e reflete diferentes concepções teóricas e práticas sobre o papel da escola na sociedade. Ao longo das últimas décadas, diversas abordagens têm sido discutidas no âmbito da educação brasileira, destacando-se as concepções técnico-científica, democrática, participativa, sociocrítica e interpretativa.

No Brasil é marcado por uma importante transição paradigmática, que se consolidou a partir da redemocratização do país após a ditadura militar. Já historicamente, a organização da escola foi concebida sob o rótulo de “Administração Escolar”, termo esse que carrega uma forte influência dos modelos empresariais do século XX, como a Administração Científica de Taylor e a Teoria Clássica de Fayol. Nesse modelo, a escola era vista como uma fábrica, e o diretor, como um gerente focado na eficiência e na racionalização dos recursos, processos, desempenho, meios e tempo. O foco recai primariamente nos aspectos técnico-administrativos, na rigidez hierárquica e no cumprimento de normas e regulamentos.

A administração escolar, pelo seu caráter de 'meio' e não de 'fim', não pode ser concebida como um corpo técnico autônomo, mas sim como uma atividade de mediação, de caráter político-social, que tem por finalidade garantir as condições para a realização do processo educativo. (PARO, 1999, p. 24).

Nesse contexto a gestão escolar é compreendida como um conjunto de ações organizadas que articulam as dimensões administrativas, pedagógicas e políticas da escola, visando à promoção de uma educação de qualidade. Sua concepção está diretamente relacionada ao projeto político-pedagógico da instituição e à forma como os sujeitos escolares se envolvem nos processos decisórios. De acordo com LIBÂNEO (2004, p. 45). “A gestão democrática da escola pública é condição para que ela cumpra sua função social de formar cidadãos críticos e participativos”.

A transição da Administração Burocrática para a Gestão Democrática impôs ao diretor escolar a superação do papel tradicional de mero executor de normas ou de autoridade monocrática. No contexto da gestão participativa, o gestor escolar deve assumir uma postura de liderança pedagógica, atuando como agente articulador capaz de mobilizar os diversos segmentos da comunidade educativa em torno do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Nesse novo paradigma, sua função primordial deixa de ser exclusivamente a



administração de recursos materiais e financeiros, passando a envolver, de forma central, o gerenciamento de pessoas e a promoção de processos de ensino e aprendizagem que favoreçam a construção coletiva do conhecimento e o fortalecimento da cidadania.

O Gestor como um líder e articulador seu principal desafio é transformar o princípio legal da gestão democrática em uma prática cotidiana. Isso é feito, sobretudo, através da descentralização do poder e do estímulo ao diálogo. Pois ele é o profissional que irá facilitar e estimular a corresponsabilidade de todos os elementos que compõem a comunidade escolar, como: Professores, funcionários, estudantes e pais, tanto no processo decisório quanto na execução das ações docentes. Para LUCK (2009), o diretor atua como um líder de processos de desenvolvimento organizacional, criando um clima de confiança e valorizando as capacidades de cada membro para integrar esforços coletivos.

A gestão participativa requer que o diretor e demais responsáveis pela escola atuem como líderes de processos de desenvolvimento organizacional, facilitando e estimulando a participação e a colaboração de todos os membros da comunidade escolar no processo decisório e na execução das ações. (LUCK, 2009, p. 41).

Diferentemente de um gerente que foca no controle por extenso das atividades o gestor democrático prioriza um processo de ensino-aprendizagem. Ele deve ser o principal mediador das políticas educacionais e curriculares, garantindo assim que as decisões administrativas sejam sempre subordinadas ao objetivo maior da escola: o sucesso dos alunos (PARO, 1999).

A gestão escolar, embora legalmente orientada pelo princípio de uma democracia, opera em um cenário complexo e multifacetado, marcado por tensões entre os ideais, meios participativos e as exigências da realidade. Analisar os desafios e suas formas é essencial para compreender a dinâmica atual das escolas públicas, assim como desenvolver seus métodos.

Os desafios da gestão contemporânea frequentemente se manifestam em uma contradição entre a proposta da LDB/96 e às exigências do sistema:

A influência do novo gerencialismo público impõe à escola uma lógica de mercado, focando em resultados mensuráveis, como o índice de desenvolvimento da Educação



Básica (IDEB). Essa pressão pode levar o gestor a desviar o foco do processo participativo para a corrida por metas, transformando a autonomia em mera responsabilização individualizada pelo sucesso ou fracasso (DOURADO, 2007).

A burocracia remanescente e escassez de recursos. Apesar do apelo à desburocratização, muitas escolas ainda lidam com o excesso de formalismos, além de limitações crônicas de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura. Essa carência exige que o gestor dedique grande parte do seu tempo a questões administrativas, sobrecarregando-o e afastando-o da sua função de líder pedagógico.

Barreiras à Participação: A efetivação da gestão democrática enfrenta resistência cultural e social. Fatores como a baixa escolaridade de parte da comunidade, a falta de tempo e o histórico de autoritarismo em muitas escolas criam barreiras que dificultam a participação ativa e consciente de pais e alunos nos conselhos escolares e na construção do PPP.

Portanto, apesar dos obstáculos, a gestão, quando bem aplicada, carrega grandes potencialidades para a qualidade da educação, ao envolver a comunidade nas decisões, a gestão democrática fortalece o senso de corresponsabilidade e permite que a escola atenda às demandas sociais específicas, promovendo não apenas a aprendizagem formal, mas também a formação para a cidadania e a emancipação. Em última análise, a gestão escolar contemporânea é um campo de disputa onde o gestor precisa negociar o equilíbrio entre as exigências de eficiência do sistema e o imperativo ético e legal da participação democrática.

## **2.2 A INTER-RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA**

A escola e a família são as principais instituições sociais que dividem a responsabilidade pela formação do ser humano. A família é o primeiro ambiente de convivência, a base afetiva e moral fundamental sobre a qual se edifica todo o processo educacional. A atuação educativa da família tem uma importância única e insubstituível. Como afirma Azevedo (2015):

“A ação amorosa e educativa da família é original e primária, antecede qualquer outra ação idêntica de pessoas e instituições, é insubstituível e inalienável, não se podendo, pois, delegar em ninguém.” (AZEVEDO, 2015, p. 5).



Enquanto a família forma a identidade e os valores fundamentais, a escola complementa esse processo, apresentando ao aluno experiências cognitivas e culturais, organizando o conhecimento e preparando-o para a interação social. Rocha (2005) destaca que essa relação é histórica e inevitável: “há uma relação família-escola-família, que, pela sua inevitabilidade, sempre existiu” (p. 139). No entanto, fatores atuais, como o aumento da carga de trabalho e a mudança nas funções familiares, requerem que essa colaboração seja proativa e deliberada. Ramiro Marques (2001) sugere uma corresponsabilidade na educação, onde a escola deve funcionar como uma parceira, unindo esforços e metas com a família. Alarcão (2006) acrescenta que o vínculo entre as instituições é deliberado: “A relação escola-família tem tanto de inevitável como de construída” (p. 154), exigindo comunicação e comprometimento recíproco.

Apesar desse ideal, a prática mostra obstáculos, como a resistência dos professores. Sousa e Sarmiento (2010) observam o “receio que os professores revelam em aceitar verdadeiramente os pais como seus parceiros neste processo de formação das crianças” (p. 150). Essa dinâmica, combinada com a transferência de responsabilidades das famílias, enfraquece a parceria.

A comunicação constante é o principal meio para fortalecer a confiança. Arnold (1994, citado por Zenhas, 2006) aponta que “o contato frequente entre a escola e a família desenvolve atitudes positivas das famílias para com a escola” (p. 54). O aluno, como “elo vivo” (ZENHAS, 2006, p. 61), transporta e recebe influências, evidenciando que o progresso educacional depende do equilíbrio entre os dois contextos. Henderson e Mapp (2002) sintetizam os princípios para uma colaboração eficaz:

“Focar na construção de relações de colaboração e confiança entre professores, famílias e membros da comunidade; reconhecer, respeitar e atender às diferenças culturais e de classe; e adotar uma filosofia de parceria onde o poder e a responsabilidade são compartilhados” (HENDERSON; MAPP, 2002, p. 7).

A trajetória da relação entre escola-família no Brasil reflete as mudanças sociopolíticas. No período colonial, a educação era controlada pela Igreja, com caráter moral e religioso (Saviani, 2013). As famílias de baixa renda recebiam apoio por meio de práticas assistenciais, como a Roda dos Expostos, que Rizzini (2004) descreve como



uma das primeiras formas de “intervenção da Igreja e do Estado na vida familiar” (p. 18). Nesse contexto, a educação era considerada como “instrumento de conversão e dominação, e não como direito social” (Saviani, 2007, p. 45).

Com a criação da escola pública, nos séculos XIX e XX, e sob a influência de ideais higienistas e moralizantes (Kuhlmann Jr., 2000), a escola passou a ter um papel central, muitas vezes assumindo responsabilidades que eram da família. Essa disputa foi sendo resolvida gradualmente por meio da legislação. Atualmente, o desafio continua devido às mudanças nas estruturas familiares. Oliveira e Sousa (2019) pontuam que:

“As novas configurações familiares e o avanço das tecnologias impõem à escola o desafio de repensar suas formas de diálogo e envolvimento com os pais e responsáveis, para que o processo educativo continue sendo coletivo e integrado.” (OLIVEIRA; SOUSA, 2019, p. 213).

A família é a estrutura social fundamental, desempenhando um papel crucial na formação do ser humano. É nesse ambiente que a pessoa tem suas primeiras vivências sociais e emocionais. Félix (1994, citado por Pereira, 2008) descreve a família como: “O primeiro e o mais marcante espaço de realização, desenvolvimento e consolidação da personalidade humana, onde o indivíduo se afirmar como pessoa, o habitat natural de convivência solidária e desinteressada entre diferentes gerações [...]”

As mudanças nas estruturas familiares atuais (maior urbanização, emancipação da mulher no trabalho) alteraram a dinâmica de convivência (Canavarro, 2001), mas não a importância do apoio familiar para o desenvolvimento integral.

A literatura mostra que a participação da família na escola contribui para o desempenho acadêmico, a autoestima e o comportamento dos alunos. Henderson e Mapp (2002) observam que “as escolas que desenvolvem relações de colaboração e confiança com as famílias observam maior engajamento dos alunos e redução dos índices de evasão e repetência” (p. 7).

Essa interação cria uma cultura de corresponsabilidade, onde o aluno vê a educação como um valor que é compartilhado entre a família e a escola. (Epstein, 2011). Oliveira e Sousa (2019) reforçam a importância desse clima: A aproximação entre família



e escola cria um ambiente de confiança e cooperação que estimula o desenvolvimento cognitivo e emocional do estudante, fortalecendo o vínculo com o aprendizado.

O engajamento da família, expresso por meio de encontros flexíveis e canais de comunicação digitais, favorece a conexão entre a educação em casa e a escolar, tornando o aprendizado mais relevante. A concretização da participação da família enfrenta diversos obstáculos. As mudanças sociais (urbanização, inclusão da mulher no mercado de trabalho) levaram a “mudanças nos papéis tradicionais e no funcionamento da família” (Canavarro, 2001, p. 63). Essas transformações reduzem o tempo que os pais têm à disposição, gerando novos desafios para as escolas.

Um conjunto considerável de dificuldades está relacionado às barreiras socioculturais. Muitas famílias de classes populares se sentem intimidadas pelo ambiente escolar, que é visto como um espaço de conhecimento especializado. Essa insegurança é intensificada pela terminologia técnica utilizada pelos educadores. A dificuldade é recíproca, uma vez que Souza e Sarmiento (2010) observam o “receio que os professores revelam em aceitar verdadeiramente os pais como seus parceiros” (p. 150), mantendo uma relação de hierarquia.

Como consequência, a colaboração, apesar de ser ideal, deparou-se com escolas e famílias “culturalmente desprevenidas, não sabendo como viver com ela” (Rocha, 2005, p. 140). A escola muitas vezes resiste à participação ativa dos pais, e muitas famílias acabam delegando essa responsabilidade. Além disso, a estrutura burocrática da escola, com horários rígidos e reuniões padronizadas, serve como um obstáculo. Zenhas (2006) argumenta que a comunicação deve ultrapassar o nível formal: o “contato frequente desenvolve atitudes positivas das famílias para com a escola” (p. 54).

O principal desafio reside na capacitação dos profissionais para lidar com conflitos e promover a aceitação da diversidade. Henderson e Mapp (2002) destacam que o envolvimento eficaz requer “reconhecer e respeitar as diferenças culturais e de classe; e adotar uma filosofia de parceria na qual poder e responsabilidade são compartilhados” (p. 7).

### **2.3 ESTRATÉGIAS E BOAS PRÁTICAS PARA O ENGAJAMENTO ESCOLAR**

A participação familiar faz parte de um dos principais pilares para melhoria da qualidade da educação, uma vez que a relação entre escola e família potencializa o



processo de aprendizagem, os vínculos e ajuda no desenvolvimento integral do indivíduo. A participação no ambiente escolar envolve a família, os alunos, os professores e a comunidade, essa participação é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, prescrevendo em seu artigo 14 que:

[...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II- participação da comunidade escolar local em seus conselhos escolares equivalentes (BRASIL, 1996).

Segundo Oliveira (2010), a família é considerada a primeira agência educacional, responsável pela forma como o sujeito se relaciona com o mundo. Assim, a família deve ser a base e apoio para que a criança se adapte ao ambiente escolar e consiga desenvolver seu aprendizado de forma significativa. O acompanhamento dos pais na vida escolar é um fator essencial para que cada criança se sinta segura e amparada em seu desenvolvimento escolar. Para Crepaldi (2017) a participação dos pais na vida dos filhos é primordial, pois se torna mais suave o processo de ensino aprendizagem.

A comunicação é a base do comprometimento familiar. A comunicação entre família e escola deve ser clara e constante para que possa estimular a confiança no processo educativo de cada indivíduo. Desta forma, a comunicação é um fator essencial, conforme afirmam as autoras:

É preciso então que a escola e os pais se relacionem mais claramente e que as “negociações” sejam feitas de modo a suprir ambos os lados satisfatoriamente. Aqui o elemento básico é a comunicação. Todas as outras formas de envolvimento de pais se apoiam nos meios usados para entender um ao outro (Bhering & Siraj-Blatchford, 1999, p. 204).

Conforme apontado por Marcondes e Sigolo (2012), a comunicação é uma ferramenta fundamental para articulação da relação família e escola, sendo um meio que a promove, ou seja, não havendo uma comunicação, essa relação presumivelmente estará prejudicada. Para os autores, a comunicação entre escola e família é o que trará um ambiente mais positivo para os estudantes presentes nesse processo. Uma das maiores dificuldades na comunicação entre escola, família e professores está na falta de



clareza sobre os papéis e expectativas de cada um. É primordial que todos tenham um entendimento sobre suas responsabilidades e de como devem contribuir para a educação. Com isso, é importante que as escolas criem canais claros e transparentes de comunicação para que haja uma troca sincera e significativa entre os envolvidos, pois assim todos estarão cientes de seus direitos e deveres perante a educação das crianças.

É necessário que as escolas não apenas informem, mas também saibam escutar as famílias para que se fortaleça uma confiança mútua. O objetivo dessa comunicação não deve ser apenas transmitir informações, mas construir um diálogo e incentivar a participação nas atividades pedagógicas. A escola é a instituição que deve iniciar os processos de comunicação entre família e escola.

A implementação de programas voltados para o engajamento das famílias vem se mostrando a estratégia mais eficiente para que os pais ou responsáveis se aproximem do ambiente escolar. Nesse sentido, Netzel (2016) enfatiza que ações coletivas como reuniões, palestras, eventos e momentos de estudo são fundamentais para promover uma participação mais efetiva dos pais na escola, superando obstáculos como a falta de clareza de papéis e a baixa presença em atividades escolares. Com isso, a autora destaca que essas técnicas podem influenciar as famílias a um trabalho mais colaborativo com a escola.

No que diz respeito a educação, as escolas buscam criar estratégias para que os pais tenham vontade de participar da rotina escolar de seus filhos dentro das instituições, assim podem ser criadas diversas ferramentas voltadas a integração entre família e escola. É possível destacar como a principal ferramenta utilizada, o Dia da Família na Escola, prática criada com o objetivo de levar os pais para dentro das escolas para que possam presenciar a rotinas de seus filhos, as apresentações e as feiras culturais. Assim, os pais ou responsáveis conseguem estar por dentro das programações oferecidas pelas escolas e conseguem participar de maneira significativa de todo o processo de desenvolvimento dos indivíduos. Gomes e Nogueira (2017) analisaram o desempenho e acesso à educação, concluindo que: "A participação da família na vida escolar dos filhos tem apresentado um impacto positivo em diversas áreas, como aprendizagem, motivação e desenvolvimento de habilidades sociais" (GOMES; NOGUEIRA, 2017, p. 445). Essa análise reforça a importância de



As tecnologias digitais vêm se reinventando com o passar dos anos e assim surgem aplicativos que favorecem a comunicação, o ensino e as práticas dentro e fora das escolas. Nessa temática, vivemos em uma era tecnológica onde pais e alunos estão conectados e utilizam de diversas ferramentas para facilitar sua comunicação com o outro. As escolas em sua maioria, estão acostumadas a utilizar as agendas como o principal meio de comunicação entre pais e professores, mas com o avanço da tecnologia, percebe-se a necessidade de otimizar essa comunicação. Assim, a troca de mensagens alinhada através de um aplicativo pode contribuir com o engajamento entre escola e família.

Os aplicativos voltados para a comunicação escolar vêm sendo aperfeiçoados com o passar do tempo. Há diversos benefícios em utilizar das tecnologias para fazer com que os pais estejam por dentro da rotina de seus filhos, a agenda na “palma da mão” traz a comodidade para os pais de resolverem situações burocráticas sem precisar se deslocar até a escola. Através dos meios de comunicação, pais e professores podem dar feedbacks personalizados, podem contribuir para a construção de espaços interativos de acompanhamento pedagógico, como o envio de atividades e a participação em eventos virtuais. A tecnologia deve ser utilizada pelas escolas como um mecanismo que aproxime os pais dentro da realidade que vivem no seu dia a dia.

O sucesso para o engajamento escolar depende de vários vieses, mas, entre eles podemos citar que a qualificação dos profissionais da educação é o principal. A formação continuada dos professores acerca do uso das tecnologias como um meio de comunicação direto com os pais são essenciais para que esse processo ocorra de maneira significativa. Para Freitas e Lima (2020), a formação continuada voltada a gestores e professores deve abordar aspectos como mediação de conflitos, comunicação não violenta, diversidade cultural, estratégias de aproximação e uso pedagógico da tecnologia (FREITAS; LIMA, 2020). Assim, a equipe pedagógica estará preparada para lidar com todos os conflitos e problemas que possam aparecer no decorrer desse processo do uso da tecnologia.

Investir na equipe escolar fortalece a participação de todos aqueles que fazem parte do dia a dia das crianças e de suas famílias. Para envolver a equipe pedagógica no uso das tecnologias como um mecanismo que auxilie em suas práticas em sala de aula, é necessário que os docentes passem por formações que os ajudem a utilizar



essas metodologias ativas como uma proposta pedagógica. Observa-se, que com o passar dos anos, a tecnologia tem se tornado um grande aliado no processo da aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes.

O engajamento familiar vai além das reuniões ou eventos presenciais, para que haja um envolvimento por parte das famílias, é necessário um conjunto de práticas que envolvam a comunicação clara, projetos que levem as famílias para o ambiente escolar, uso de tecnologia como um mecanismo dentro e fora da sala de aula e a formação contínua dos professores envolvidos em todos os processos do que diz respeito a educação. Quando família e escola caminham com estratégias integradas, é possível ter um ambiente escolar mais acolhedor, seguro, participativo e consolidado em suas relações.

#### **2.4 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO À PARTICIPAÇÃO FAMILIAR**

A consolidação da responsabilidade entre o Estado, a família e a sociedade na educação é um ponto fundamental das políticas públicas. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”. A parceria entre família e escola deve ser uma relação de responsabilidade mútua, e não uma transferência de deveres. A família não pode delegar sua função educadora à escola, nem a escola pode culpar a família por todas as dificuldades do aluno. A gestão deve buscar, a princípio, uma sintonia entre ambas as instituições para que a formação da criança seja coesa e harmônica.

Compreender as concepções de gestão escolar é inseparável da análise de seu principal alicerce legal e operacional: A participação. No contexto brasileiro, a Gestão Democrática eleva o tópico “família” de um integrante alheio a comunidade escolar, a uma parceira corresponsável no processo educativo, tornando a relação escola-família um tema central de estudo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) especificou essa corresponsabilidade e implementou mecanismos efetivos, como a formação de Conselhos Escolares e Associações de Pais e Mestres (APMs).

O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014) definiu objetivos que consideram a participação da família como essencial para o êxito na educação. Gadotti



(2010) argumenta que a efetivação das metas exige “participação consciente e organizada da comunidade escolar” (p. 76). A família e a escola são reconhecidas como as duas instituições sociais mais importantes para a formação do indivíduo, definindo o objetivo da Educação Infantil, estabelece-se que, a finalidade é o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A gestão democrática da escola não se reduz a eleições ou conselhos formais; ela se concretiza quando a comunidade escolar participa das decisões que interferem na vida educativa e assume a escola como parte de sua responsabilidade social. (CURY, 2002, p. 21).

Embora tenha havido progressos, Paro (2007) ressalta que “a legislação, por si só, não transforma a realidade educacional se não houver conscientização e envolvimento efetivo da comunidade” (p. 40).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017) é o mais recente marco que formaliza a responsabilidade no projeto pedagógico. O documento afirma que o desenvolvimento integral do aluno está ligado à interação entre os ambientes educacionais e familiares. Oliveira (2018) afirma que a BNCC “[...] reafirma o papel da escola como promotora da formação integral, mas reconhece a necessidade de diálogo constante com a família” (p. 42). A BNCC deixa claro que:

“A BNCC, ao propor competências gerais que integram aspectos cognitivos, sociais, emocionais e culturais, evidencia que o processo educativo extrapola os muros escolares, sendo compartilhado com a família e a comunidade.” (BRASIL, 2017, p. 10).

Na Educação Infantil, a BNCC determina uma relação de complementaridade, exigindo que a escola mantenha uma escuta atenta das famílias. Barbosa (2019) reforça que a Base “reconhece o ambiente familiar como espaço privilegiado de aprendizagens e valores, cabendo à escola o papel de ampliar e ressignificar essas experiências” (p. 67). A implementação das competências sugeridas pela Base requer o desenvolvimento de uma cultura participativa. (Libâneo, 2019).



A Lei nº 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, reafirma o princípio da prioridade absoluta e determina que o fortalecimento das famílias deve ser uma prioridade em todas as áreas da administração pública.

O documento apresenta uma visão abrangente do desenvolvimento infantil, reconhecendo a importância de uma rede de apoio intersetorial. Essa abordagem está em consonância com a teoria dos sistemas ecológicos de Bronfenbrenner (2005), que coloca a família como o primeiro e mais influente sistema de mediação do desenvolvimento da criança (p. 37).

A lei de 2016 estabelece um novo modelo que reconhece as famílias como detentoras de direitos e colaboradoras do Estado, promovendo políticas que apoiam a parentalidade responsável e a implementação de programas de visita domiciliar. Essa transformação de paradigma visa fortalecer as habilidades familiares para cuidar e educar. Vygotsky (1998) reforça que a família é o espaço mais significativo para o processo de internalização das relações sociais e construção do conhecimento (p. 84).

A eficácia dessas políticas interssetoriais requer o reconhecimento das particularidades culturais e uma escuta atenta das famílias. A participação ativa dos pais, desde os primeiros anos de vida, é fundamental para a formação da cidadania e para assegurar a qualidade da educação.

Contudo, a escola e a família coexistem como instituições distintas, cada uma com funções e culturas próprias. O desafio da gestão é, portanto, mediar essa relação. Historicamente, a escola tendia a se fechar em uma cultura profissionalizada, vendo a família como um elemento exótico, cuja participação se resumia à matrícula, à reunião de pais e mestres e à fiscalização de desempenho por parte do discente.

A família, tampouco, educará uma criança sozinha, ela precisará de toda uma sociedade trabalhando em conjunto para educá-la. Ela nunca deixará de ser a base do indivíduo, pois é na família que a criança encontra os primeiros 'outros' e por meio deles, aprende os modos humanos de existir – seu mundo adquire significado e ela começa a constituir-se como sujeito. (SZYMANSKI, 2011, p. 22).

A família é o primeiro espaço de socialização da criança. É nela que o indivíduo constrói seus primeiros vínculos afetivos e adquire regras básicas de convivência,



valores éticos e seu senso de pertencimento. De acordo com a psicologia do desenvolvimento, os vínculos familiares saudáveis são fundamentais para a constituição de um desenvolvimento emocional seguro. A qualidade das interações positivas e dos cuidados cotidianos fornecidos pela família impactam diretamente; a autoestima, a capacidade de expressão de sentimentos e o modo como a criança ou adolescente irá se relacionar com o mundo externo, incluindo a escola.

### **3 - METODOLOGIA**

A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa, pois busca compreender os significados relacionados a participação da família na vida escolar, a partir da experiência do corpo docente das instituições. A respeito da pesquisa qualitativa, Minayo (2015, p. 21-22) afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço, mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Esta pesquisa foi realizada de forma exploratória e descritiva, com o objetivo de familiarizar a temática abordada, tornando-a explícita e construindo perspectivas sobre os fatos apresentados. De acordo com Prodanov e Freitas (2018, p. 70), “a pesquisa exploratória é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco estudado e necessita de maior compreensão”, o que se adota nesse trabalho, pois pretende-se observar de forma ampla todo o processo que envolve a gestão escolar na promoção da participação das famílias na vida escolar de seus filhos.

Este estudo é classificado como uma pesquisa bibliográfica, pois foi desenvolvida através de uma análise de materiais já publicados e disponíveis na internet que abordam a temática da gestão escolar e a participação da família na vida escolar de seus filhos. Segundo Gil (2017, p. 51), “a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado na internet”. Esse tipo de pesquisa permite conhecer e sistematizar os materiais já produzidos a cerca desse tema.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica é um método essencial para embasar cientificamente qualquer investigação, pois possibilita o



levantamento das contribuições teóricas existentes sobre determinado assunto. Assim, foi possível explorar as pesquisas sobre o assunto que contribuí de forma significativa para o conhecimento do tema.

Para o tratamento de dados coletados, foi utilizado como base a análise de conteúdos empregadas a pesquisas qualitativas, que buscam identificar as características presentes no processo da relação entre escola e família.

#### **4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com base na análise de dados feitos a partir das pesquisas realizadas em artigos já publicados, foi possível identificar que a participação da família é essencial para o desenvolvimento do indivíduo dentro do ambiente escolar. É necessário que os pais tenham uma presença ativa na vida escolar de seus filhos para que haja um fortalecimento das práticas pedagógicas. Assim, foi possível observar que a participação das famílias vai além de acompanhar notas ou estar presente em reuniões, é essencial que as famílias se envolvam nos projetos, nas atividades escolares e contribuam nas decisões voltadas para o bem comum dentro da escola. Oliveira e Silva (2019, p. 45) afirmam que “a presença da família na escola contribui para a construção de um ambiente educativo mais democrático e participativo, fortalecendo o vínculo entre gestores, professores, alunos e responsáveis”.

Os estudos consultados apontam que a gestão escolar exerce um papel fundamental no que diz respeito ao incentivo para que as famílias sejam mais ativas na educação e na vida escolar de seus filhos, mesmo com as estratégias utilizadas pelo corpo docente para que essas famílias estejam presentes, ainda existem desafios significativos nesse processo. Santos e Barbosa (2020) destacam que muitos gestores escolares “enfrentam dificuldades para consolidar uma cultura de participação, seja por falta de formação, tempo ou estratégias adequadas de aproximação com as famílias” (p. 67). A análise dos estudos mostra que apesar de existirem estratégias para que essa relação seja boa, ainda é possível observar divergências em como essa prática pode se tornar efetiva dentro do ambiente escolar para que assim favoreça a relação entre família e escola.

Outro ponto observado refere-se a importância de uma comunicação clara e contínua entre família e escola. Souza (2018) aponta que “a comunicação é o elo que



sustenta o relacionamento entre escola e responsáveis, possibilitando que ambos caminhem na mesma direção em prol da aprendizagem dos estudantes” (p. 102). Os estudos mostram que as instituições de ensino têm aderido múltiplos meios de comunicação para que assim consigam interagir melhor com as famílias nas atividades e decisões escolares. Uma das principais ferramentas adotadas pelas escolas para facilitar essa comunicação, é o uso das plataformas digitais. Com a utilização desse recurso, é possível observar que os pais ficam mais atentos a informativos e programações a respeito da vida escolar de seus filhos, reforçando a ideia de corresponsabilidade entre pais e escola.

A análise crítica dos artigos mostra que a participação das famílias é mais efetiva quando a gestão escolar incentiva o diálogo e valoriza a opinião e participação dos pais nas tomadas de decisões. Nogueira e Lima (2021, p. 88) destacam que “a família precisa ser vista como parceira no processo educativo, e não como mera espectadora dos resultados”, mostrando assim que a relação entre família e escola deve ocorrer de maneira contínua, colaborativa e participativa.

A análise dos dados indica que existe um consenso sobre a importância da participação da família na vida escolar, mas mostra que são necessárias ações concretas para que esse processo ocorra de forma integral e seja significativa em todos os eixos da educação. Essas ações concretas estão diretamente ligadas a gestão escolar, pois é necessário que haja um planejamento sobre atividades e projetos que levem os pais para dentro das escolas, são necessárias formações contínuas ao corpo docente para que saibam lidar com a presença e a participação dos pais dentro da sala de aula, além da importância de se favorecer uma comunicação não violenta entre todos os indivíduos envolvidos nesse processo.

Com isso, a pesquisa mostra que uma gestão escolar comprometida em favorecer a participação da família, ajuda a criar um ambiente educativo mais colaborativo, fortalece o aprendizado e incentiva o desenvolvimento emocional de seus alunos. Quando há uma relação efetiva família e escola é possível construir um ambiente escolar mais democrático e participativo.

A participação da família no ambiente escolar deve ser vista como uma forma de valorizar a corresponsabilidade no que diz respeito a vida escolar de seus filhos,



favorecendo a participação destes como parceiros ativos no processo educativo que vai além da sala de aula.

## **5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa bibliográfica analisou a relação essencial entre liderança escolar e engajamento familiar, confirmando-a como um pilar para o desenvolvimento pleno dos alunos e a qualidade educacional. O estudo consolidou que a participação dos pais é fundamental para construir uma escola democrática e humanizada, sendo amparada pela LDB e por marcos legais subsequentes, como a BNCC (2017) e o Marco Legal da Primeira Infância.

Os objetivos propostos foram plenamente atingidos. Exploramos as filosofias de gestão, contrastando o modelo técnico-burocrático com o paradigma democrático-participativo (Paro, 1999; Libâneo, 2012). Identificamos as barreiras ao envolvimento (dificuldades comunicacionais e falta de tempo) e propusemos estratégias concretas para fortalecer essa parceria.

A questão central foi respondida: a gestão democrática, pautada na escuta ativa e na transparência, é o motor mais eficaz para o engajamento familiar. Estratégias como diálogo constante, conselhos ativos e formação para os pais são cruciais para estabelecer a corresponsabilidade.

Os resultados validaram a hipótese de que a liderança escolar é determinante. A gestão humanizada cria ambientes acolhedores que impactam positivamente o desempenho acadêmico, o comportamento e a frequência dos alunos. Apesar dos desafios práticos (capacitação urgente de gestores e superação do abismo sociocultural), o estudo aponta que o modelo dialógico oferece as soluções.

A qualidade da educação é um esforço coletivo. A gestão tem a missão primordial de estabelecer um ecossistema de participação genuína e transformar a escola em um laboratório de cooperação. Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos de caso para avaliar a eficácia das estratégias em campo e investigar o impacto das políticas de incentivo nos indicadores educacionais. A transformação da educação exige, em síntese, uma cultura inclusiva onde a família seja parceira indispensável.

## **6 - REFERÊNCIAS**



ANDRÉ, Elisandra Leite; BARBOZA, Reginaldo José. *A importância da parceria entre a família e a escola para a formação e desenvolvimento do indivíduo*. Revista Científica Eletrônica da Pedagogia, Garça, v. 17, n. 30, jan. 2018. ISSN 1678-300.

ARAÚJO, Ana Cherlly Felipe de Aguiar. *A importância da parceria entre gestão escolar e família no processo educativo*. Gestão Escolar: desafios e possibilidades, p. 81–83, [S.l.], 2021. DOI: 10.37885/210202961.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. *A Base Nacional Comum Curricular e a educação infantil: o que esperar de um novo referencial*. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 57-71, jan./maio 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: MEC, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28.

LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, Heloísa. *A gestão participativa na escola*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARCONDES, Keila Hellen Barbato; SIGOLO, Silvia Regina Ricco Lucato. *Comunicação e envolvimento: possibilidades de interconexões entre família-escola?* Paidéia (Ribeirão Preto), v. 22, n. 51, p. 91–99, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia>.

NETZEL, Eliane do Rocio. *A importância da participação da família na vida escolar do aluno*. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, 2016. Caderno Pedagógico (Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE).



OLIVEIRA, Ana Lúcia. *A BNCC e a formação integral do aluno: uma nova perspectiva curricular*. Revista Diálogos Educacionais, Curitiba, v. 18, n. 57, p. 35-49, mai./ago. 2018.

OLIVEIRA, Ana R.; SOUSA, Maria C. *Família e escola: uma parceria necessária para o sucesso escolar*. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 206-225, 2019.

PEREIRA, Rita de Cássia da Costa. *O papel da família na educação escolar*. Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2008.

RESENDE, Tânia de Freitas; SILVA, Gisele Ferreira da. *A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988–2014)*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 30–58, jan./mar. 2016. DOI: 10.1590/S0104-40362016000100002.

SANTANA, Aline Canuto de Abreu et al. *O papel da família na educação: construindo pontes entre escola e lar*. Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 1–18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-118-2024>.

SANTOS, Joyce Andrade; PAIVA, Thaynnara Cristina Carvalho. *Relação família e gestão escolar: os canais de participação na vida da escola*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021.

SAVIANI, Dermeval. *A história da educação no Brasil: panorama e reflexões*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 13-33, dez. 2013.

SOCOLOSKI, Dieniffer. *Pedagogia sistêmica e suas contribuições: um olhar para as relações e inter-relações entre família e escola no contexto de complexidade educacional*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2022.

STIGER, Bárbara Duarte et al. *A comunicação como estratégia na relação família x escola*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2023.

ZENHAS, Ana Margarida. *A escola, a família e a educação: um triângulo com múltiplos ângulos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.